

RECURSO ESPECIAL Nº 1.815.862 - RJ (2019/0104162-0)

RELATOR : MINISTRO HERMAN BENJAMIN
RECORRENTE : UNIÃO
RECORRIDO : ARLINGTON OLIVEIRA CANELLA
ADVOGADOS : MARIA AMÉLIA CORDEIRO LIMA MAUAD - RJ044910
IVE BEZERRA JARDIM E OUTRO(S) - RJ201711

DECISÃO

Trata-se de Recurso Especial pela União, com fundamento no art. 105, III, "a", da CF, contra acórdão assim ementado:

ADMINISTRATIVO. GDATEM. PARIDADE. ISONOMIA ENTRE ATIVOS E INATIVOS. CARÁTER GENÉRICO ATÉ O INÍCIO DOS CICLOS DE AVALIAÇÃO. EXTENSÃO. SERVIDOR INATIVO. REGULAMENTAÇÃO PELA PORTARIA Nº 136/MB DE 2011. CARÁTER PRO LABORE FACIENDO. SENTENÇA MANTIDA.

1. In casa, o autor, servidor público aposentado desde 06/05/12, vinculado à Marinha, percebe a gratificação de desempenho denominada GDATEM, instituída pela Lei nº 11.355/06, teve sua pontuação reduzida de 100 (cem) para 50 (cinquenta) pontos.

2. Gratificação é o nome técnico para a remuneração estipulada em um "plus" de trabalho e, está assim definida na lei instituidora da GDATEM, Lei 11.355/06, conforme artigo 122 o qual altera artigos referentes a Lei nº 9.657/98.

3. O fundamento da sentença de improcedência adentra o tema do direito à paridade pelo aposentado, inserindo-o na regra do art. 3º da EC 47/05, contudo assevera o caráter pro labore da gratificação a partir o início do implemento das avaliações de desempenho, datada de maio de 2011, nos termos da Portaria nº 136/MB, de 26 de abril de 2011.

4. Deve ser mantido o julgado recorrido, pois a partir do dia subsequente à publicação da Portaria 136/MB, a GDATEM perde seu caráter de generalidade, devendo ser observada, em relação aos inativos, a regra estabelecida no art. 17-A, II, a, da Lei 9.657/98, que prevê o pagamento correspondente a cinquenta por cento do valor máximo do respectivo nível, classe e padrão da carreira, ou seja, cinquenta pontos.

5. No tocante ao ressarcimento de valores, é cediço que as verbas salariais, desde que recebidas sem a interferência ou participação do servidor na produção do ato administrativo impugnado, presumindo-se a boa-fé do beneficiário, estão sujeitas à cláusula geral non solvit e, portanto, são insuscetíveis de restituição, em virtude de sua natureza alimentar. Precedente do STF: MS 25.641.

6. Apelações improvidas.

Os Embargos de Declaração opostos foram desprovidos.

A parte recorrente alega violação dos arts. 1.022 do CPC/2015; 46 da Lei 8.112/1990; 53 da Lei 9.784/1999 e 884 do Código Civil.

Sustenta, em suma:

Não se trata, no caso, de errônea ou inadequada interpretação da lei por parte da Administração Pública, e, sim, de erro material ou falha operacional, tendo a Administração o poder-dever de proceder à revisão dos atos administrativos ilegais. De outro lado, os servidores públicos ativos ou inativos, bem ainda os pensionistas, têm a obrigação de restituir ao Erário os valores percebidos indevidamente, mesmo que os tenham recebido de boa -fé (fls. 338-339, e-STJ).

Contrarrazões às fls. 344-348, e-STJ.

É o **relatório**.

Decido.

Os autos ingressaram neste Gabinete em 30.5.2019.

Verifico que a matéria versada no apelo foi submetida a julgamento no rito dos recursos repetitivos (REsp 1.769.306/AL, REsp 1.769.209/AL, que cuidam do Tema 1009: "O Tema 531 do STJ abrange, ou não, a devolução ao Erário de valores recebidos de boa-fé pelo servidor público quando pagos indevidamente por erro operacional da Administração Pública.>").

Em tal circunstância, deve ser prestigiado o escopo perseguido na legislação processual, isto é, a criação de mecanismo que enseje às instâncias de origem o juízo de retratação na forma dos artigos 1.039 a 1.041 do CPC/2015.

A propósito:

ADMINISTRATIVO E PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO INTERNO NO RECURSO ESPECIAL. ART. 1º-F DA LEI 9.494/1997, COM A REDAÇÃO DADA PELA LEI 11.960/2009. REPERCUSSÃO GERAL RECONHECIDA. MATÉRIA AFETADA PELA SISTEMÁTICA DOS RECURSOS REPETITIVOS. SOBRESTAMENTO DO RECURSO ESPECIAL COM DEVOLUÇÃO À CORTE DE ORIGEM PARA EVENTUAL E OPORTUNO JUÍZO DE CONFORMAÇÃO. POSSIBILIDADE.

1. A questão jurídica referente à aplicabilidade do art. 1º-F da Lei 9.494/1997, com redação dada pela Lei 11.960/2009, em relação às condenações impostas à Fazenda Pública, independentemente de sua natureza, para fins de atualização monetária, remuneração do capital e compensação da mora teve repercussão geral reconhecida pelo Supremo Tribunal Federal (Tema 810) e encontra-se afetada no Superior Tribunal de Justiça, sob a sistemática dos recursos repetitivos (Tema 905).

2. Encontrando-se a matéria com repercussão geral reconhecida, por medida de economia processual e para evitar decisões

dissonantes entre a Corte Suprema e esta Corte Superior, os recursos que tratam da mesma controvérsia no STJ devem aguardar, no Tribunal de origem, a solução no recurso extraordinário afetado, viabilizando, assim, o juízo de conformação, hoje disciplinado pelos arts. 1.039 e 1.040 do CPC/2015. Precedente: AgInt no AgInt no REsp 1.603.061/SC, Rel. Ministro Sérgio Kukina, Primeira Turma, DJe 28/6/2017.

3. Somente depois de realizada essa providência, a qual representa o exaurimento da instância ordinária, é que o recurso especial deverá ser encaminhado, em sua totalidade, a este Tribunal Superior, a fim de que possam ser analisadas as questões jurídicas nele suscitadas e que não ficaram prejudicadas pelo novo pronunciamento do Tribunal *a quo*.

4. De acordo com o entendimento do STJ, qualquer irresignação que tenha por objeto matéria tratada em recurso representativo da controvérsia deve ser devolvida aos Tribunais de origem para que exerça a competência que lhes foi atribuída pela Lei 11.672/2008.

5. É irrecorrível ato deste Tribunal Superior que determina o sobrestamento de recursos a fim de se aguardar o julgamento do recurso representativo de controvérsia, já que desprovido de caráter decisório.

6. Agravo interno a que se nega provimento.

(AgInt no REsp 1686774/PE, Rel. Ministro OG FERNANDES, SEGUNDA TURMA, DJe 26/02/2018)

No mesmo sentido, recentes decisões monocráticas: EDcl no REsp 1.764.797/PR, Relator Ministro Francisco Falcão, DJe 29/11/2018; TutPrv no REsp 1.737.903/PR, Relator Ministro Benedito Gonçalves, DJe 19/11/2018.

Pelo exposto, **determino a devolução dos autos ao Tribunal de origem, com a devida baixa, para que, em observância aos 1.039 a 1041 do CPC/2015, após a publicação do acórdão dos respectivos recursos excepcionais representativos da controvérsia:**

a) denegue seguimento ao recurso se a decisão recorrida coincidir com a orientação emanada pelos Tribunais Superiores; ou

b) proceda ao juízo de retratação na hipótese de o acórdão vergastado divergir da decisão sobre o tema repetitivo.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília (DF), 05 de junho de 2019.

MINISTRO HERMAN BENJAMIN
Relator